SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - Farmácia de Alto Custo de Mogi das Cruzes

CNPJ: 61.699.567/0117-12

Nota da Administração

Em complemento às Demonstrações Contábeis Consolidadas da SPDM – Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina, estamos publicando as Demonstrações Contábeis individuais da Unidade Gerenciada: SPDM – Farmácia de Alto Custo de Mogi das Cruzes. As Atas de Reuniões com o Parecer sobre a aprovação das contas e demonstrativos contábeis emitidos pelo Conselho Fiscal da SPDM, Assembleia Geral de Associados da SPDM e Parecer de Auditoria Independente, serão publicados em conjunto com as Demonstrações Contábeis Consolidadas da SPDM, até 30 de Abril de 2023. São Paulo, 28 de Fevereiro de 2023. Prof. Dr.

Comparativo dos Balanços Patrimoniais - Exercícios					
ATIVO	2022	2021			
Ativo Circulante	13.684.175,42	8.209.191,80			
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 3.1)	22.845,58	1.332,56			
Bancos conta movimento (Nota 3.1)	752,04	67,28			
Aplicações Financeiras (Nota 3.2)	22.093,54	1.265,28			
Contas a Receber (Nota 3.3)	3.353.008,60	3.818.321,22			
Valor a Receber – Secretaria de					
Estado da Saúde (Nota 3.3.1)	3.228.106,50	3.533.415,69			
Outros Créditos (Nota 3.4)	124.902,10	284.905,53			
Antecipação de férias (Nota 3.4.1)	2.305,41	18.015,21			
Outros créditos e adiantamentos (Nota 3.4.2)		266.890,32			
Despesas Pagas Antecipadamente (Nota 3		4.665,69			
Prêmios de seguros e outros a vencer	4.207,87	4.665,69			
Estoques (Nota 3.6)	10.304.113,37	4.384.872,33			
Materiais de Nutrição	3.143,84	4.015,07			
Materiais de Farmácia	626,85	62,14			
Materiais de Almoxarifado	18.395,19	34.891,33			
Operação com					
Materiais de Terceiros (Nota 3.6.1)	10.281.947,49	4.345.903,79			
Ativo Não Circulante	93.889,46	117.559,56			
Ativo Imobilizado	00 000 40	447.550.50			
- Bens de Terceiros (Nota 3.7)	93.889,46	117.559,56			
Bens Móveis (Nota 3.7)	154.163,66	153.363,66			
Ajuste vida útil - bens terceiros (Nota 3.7.1)	(60.274,20)	(35.804,10)			
Total do Ativo As Notas Explicativas são parte integrante o	13.778.064,88 das Demonstracê	8.326.751,36 Ses Contábeis			
	,				
Comparativo da Demonstração do Valor Adicionado Exercícios encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Regis					

As Notas Explicativas são parte integrante d	das Demonstraçõ	
Comparativo da Demonstração		
Exercícios encerrados em 31 de Dez		
1 – Receitas	4.877.548,66	2021 3.305.086,98
1.1) Prestação de serviços	4.173.438,50	2.827.980,95
1.2) Outras Receitas	884,32	
1.3) Isenção usufruída sobre contribuições	703.225,84	
2 – Insumos Adquiridos de	703.225,64	457.373,37
Terceiros (inclui ICMS ICMS e IPI)	1.068.066,31	827.436,38
2.1) Custo das mercadorias	1.000.000,31	027.430,30
utilizadas nas prestações	80.955,90	41.265,22
2.2) Materiais, energia,	00.333,30	41.200,22
serviços de terceiros e outros	936.749,45	761.925,58
2.3) Perda/ Recuperação de valores ativos	2.059,00	0.00
2.4) Outros	48.301,96	24.245,58
3 – Valor Adicionado Bruto (1-2)	3.809.482,35	2.477.650,60
4 – Retenções	0,00	0,00
4.1) Depreciação, amortização e exaustão	0,00	0,00
5 – Valor Adicionado Líquido	0,00	0,00
Produzido pela Entidade (3-4)	3.809.482,35	2.477.650,60
6 – Valor Adicionado	,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,	
Recebido em Transferência	134,66	0,26
6.1) Receitas Financeiras	134,66	0,26
7 – Valor Adicionado Total (5+6)	3.809.617,01	2.477.650,86
8 - Distribuição do Valor Adicionado	3.809.617,01	2.477.650,86
8.1) Pessoal e encargos	2.653.274,03	1.730.028,28
8.2) Impostos, taxas e contribuições	2.414,46	4.641,71
8.3) Juros	3.772,89	0,00
8.4) Aluguéis	446.929,79	285.000,90
8.5) Isenção usufruída sobre contribuições	703.225,84	457.979,97
8.6) Lucros retidos/prejuízo do período	0,00	0,00
As Notas Explicativas são parte integrante o	das Demonstraçõ	ões Contábeis.
Notas Explicativas às Demonstrações Co	ntábeis em 31.1	2.2022 e 2021

Contexto Operacional, Normas e Conceitos Gerais Aplicados Nas Demonstrações Financeiras: A Entidade, SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina é uma Associação civil sem fins lucrativos, de natureza filantrópica, reconhecida de utilidade pública estadual e no município de sua sede, respectivamente pelos decretos nºs 40.103 de 17/05/1962 e 8.911, de 30/07/1970. A diretriz primordial da Associação é sua inserção no sistema de saúde direcionada ao tratamento, prevenção de doenças e à promoção da saúde primária, secundária e terciária, estreitando laços com a comunidade local e reafirmando seu compromisso social de atender a todos, sem discriminação. Com o crescimento Institucional, a SPDM vem expandindo sua área de atuação com projetos, em desenvolvimento, na área da Assistência Social e na área Educacional. Toda essa gama de atividades consolida, cada vez mais, a SPDM como uma instituição filantrópica de grande porte, que busca a sustentabilidade econômica, social e ambiental. Sua gestão é baseada no sistema de governança corporativa e na alta competência de seus colaboradores. Assim, a SPDM contribui de forma efetiva para a melhoria contínua dos serviços prestados pelo Sistema Único de Saúde do Brasil, visando principalmente garantir a universalidade e as oportunidades de acesso à saúde, necessárias ao desenvolvimento humano e social do cidadão. Para tanto, associa o melhor da tecnologia com atendimento médico de alta qualidade, respaldado por equipes multiprofissionais, formadas por enfermeiros, fisioterapeutas, farmacêuticos, nutricionistas, fonoaudiólogos, bioquímicos, psicólogos, tecnólogos, assistentes sociais e dentistas, atua na área da assistência social e promove formação e treinamento na área da saúde entre outros. Caracteristicas da Unidade Gerenciada: Inaugurado sob a gestão da SPDM em 04/05/2020. a Farmácia de Alto Custo de Mogi das Cruzes tem como atividade principal a prestação de serviços de assistência farmacêutica. Inicialmente integrou o Centro Especializado da Assistência Farmacêutica - CEAF Vila Mariana, porém a partir de 01/05/2021 tornou-se independente, integrando o rol das unidades afiliadas da SPDM. Tem por objetivo a operacionalização da gestão e execução dos serviços, com a missão de oferecer serviços de assistência farmacêutica, em conformidade com os critérios das boas práticas de farmácias e diretrizes estabelecidas pelos Programas de Assistência Farmacêutica do Ministério da Saúde (MS) e Secretaria Estadual de Saúde (SES) com qualidade e comprometimento socioambiental, buscando o aprimoramento contínuo do atendimento e das pessoas. Atualmente atende aos pacientes moradores dos 10 municípios que compõem a Rede Regional de Atenção à Saúde 2 – Alto Tietê, a saber: Municípios de Arujá, Biritiba Mirim, Ferraz de Vasconcelos, Guararema, Itaquaquecetuba, Mogi das Cruzes, Poá, Salesópolis, Santa Isabel e Suzano, incluindo a dispensação de medicamentos de Ação Judicial a pacientes portadores de diversas patologias. principalmente Diabetes tipo 1 e 2 e pacientes tratados nas clinicas de Hemodiálise dos municípios de Itaquaquecetuba, Mogi das Cruzes e Suzano. Para melhor dispensação dos medicamentos a unidade gerenciada, dispõe do "Programa Remédio Agora", que se trata de um aplicativo (APP) que permite que os pacientes agendem a data e o horário para retirada dos medicamentos, confirmem e reagendem a presença nos atendimentos, além de poder verificar a disponibilidade dos medicamentos. Objetivando a continuidade dos atendimentos, a SPDM em parceria com a SES, firmou o Convênio 057/2021, assinado em 31/03/2021 com vigência até 30/09/2023, no valor global estimado de R\$ 4.304.142,00 (Quatro Milhões, Trezentos e Quatro Mil e Cento e Quarenta e Dois Reais), tendo por objetivo incorrer despesas com Custeio- Pagamento de prestação de serviços terceirizados, aquisição de material de consumo, recursos humanos, contratos e utilidade pública, para atendimento aos usuários da Farmácia do Componente Especializado de Mogi das Cruzes. 1 - Imunidade Tributária: A SPDM enquadra-se no conceito de imunidade tributária disposta no Artigo 150. Inciso VI alínea" C" e seu parágrafo 4° e Artigo 195, parágrafo 7° da Constituição Federal, de 05 de Outubro de 1988. 1.1 Isenção Tributária e Característica da Isenção: A SPDM também se enquadra no conceito de isenção das Contribuições Sociais, nos termos da lei, por tratar-se de instituição privada, sem fins lucrativos e econômicos, com atuação preponderante na área da saúde, conforme previsto nos artigos 12 e 15 da Lei nº 9.532/97, combinados com a Lei Complementar nº 187, de 16 de Dezembro de 2021, reconhecida como En-

0	os encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais					
	PASSIVO	2022	2021			
	Passivo Circulante	13.684.175,42	8.209.191,80			
	Fornecedores (Nota 3.8)	29.503,80	26.804,69			
	Serviços de Terceiros					
	Pessoa Física/Jurídica (Nota 3.9)	279.362,38	243.489,14			
	Salários a pagar (Nota 3.10)	123.571,25	131.181,93			
	Contribuições a recolher (Nota 3.11)	30.809,98	29.322,86			
	Provisão de férias (Nota 3.12)	169.690,01	159.311,45			
	Provisão de FGTS sobre férias (Nota 3.12)	13.452,52	12.631,59			
	Impostos a recolher (Nota 3.13)	19.740,96	17.724,17			
	Benefícios	812,35	909,96			
	Obrigações Tributárias (Nota 3.14)	8.714,44	19.541,68			
	Outras contas a pagar (Nota 3.15)	3.999,70	336.184,63			
	Convênios públicos a realizar (Nota 3.16)	2.722.570,54	2.886.185,91			
	Obrigações c/ Materiais					
	de Terceiros (Nota 3.6.1)	10.281.947,49	4.345.903,79			
	Passivo Não Circulante	93.889,46	117.559,56			
	Obrigações					
	- Bens Móveis de Terceiros (Nota 3.7)	154.163,66	117.559,56			
	Ajustes vida útil econômica					
	- Bens Móvel de Terceiros (Nota 3.7.1)	(60.274,20)	(35.804,10)			
	Patrimônio Líquido (Nota 5)	0,00	0,00			
	Resultado do Exercício (Nota 6)	0,00	0,00			
	Total do Passivo	13.778.064,88	8.326.751,36			
	As Notas Explicativas são parte integrante	,				
	Comparativo das Demonstrações dos Fluxos de Caixa					

Exercícios encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais					
Descrição Dez /2022 Dez /2021					
Fluxos de Caixa das atividades operacionais	3				
Superávit/ Déficit do exercício/período	0,00	0,00			
Ajustes p/Conciliar o resultado às disponibi	lidades				
geradas pelas atividades operacionais					
Depreciação e amortização	0,00	0,00			
Variações nos ativos e passivos					
(Aumento) Redução em contas a receber		(3.533.415,69)			
(Aumento) Redução outros créditos	160.003,43	(284.905,53)			
(Aumento) Redução de despesas antecipadas	457,82				
(Aumento) Redução em estoques	16.802,66	(38.968,54)			
Aumento (Redução) em fornecedores	38.572,35	270.293,83			
Aumento (Redução) nas					
doações e subvenções/Convênio	(163.615,37)	2.886.185,91			
Aumento (Redução) em					
contas a pagar e provisões	(336.017,06)				
Aumento (Redução) de Bens de Terceiros	(23.670,10)	117.559,56			
Caixa líquido consumido					
pelas atividades operacionais	(2.157,08)	118.892,12			
Fluxos de caixa das atividades de investime					
(-) Adição de Bens de Terceiros	23.670,10	(117.559,56)			
Caixa líquido consumido					
pelas atividades de investimentos	23.670,10	(117.559,56)			
Fluxos de caixa das atividades de financiam	ento				
Caixa líquido consumido					
pelas atividades de financiamentos	0,00	0,00			
Aumento (Redução) no	04 540 00	1 000 50			
Caixa e Equivalentes de Caixa	21.513,02	1.332,56			

1.332,56

22.845,58

0,00

Total a Receber

Saldo Inicial de Caixa e Equivalente

Saldo Final de Caixa e Equivalente

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis. tidade Beneficente de Assistência Social, apresentando as seguintes características: • A Instituição é regida por legislação infraconstitucional; • A Isencão pode ser revogada a qualquer tempo, no caso do descumprimento das situações previstas em Lei (contrapartida); • Existe o fato gerador (nascimento da obrigação tributária), mas a entidades é dispensada de pagar o tributo: • Há o direito do Governo de instituir e cobrar tributo, mas ele não é exercido, em razão do cumprimento das disposições legais. 2 - Apresentações das Demonstrações Contábeis: Na elaboração das demon financeiras de 2022, a Entidade adotou a Lei nº 11.638/2007, Lei nº 11.941/2009 que alteraram artigos da Lei nº 6.404/76 em aspectos relativos à elaboração e divulgação das demonstrações financeiras. A SPDM elabora suas demonstrações em observância às práticas contábeis adotadas no Brasil, características qualitativas da informação contábil, Resolução nº 1.374/11 que deu nova redação à NBC TG que trata da Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, Resolucão nº 1.376/11 (NBC TG 26), que trata da Apresentação das Demonstrações Contábeis, Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e outras Normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) como a Resolução CFC nº 1.409/12 que aprovou a ITG 2002 - (R1) e suas alterações referentes a Entidades sem Finalidade de Lucros, a qual estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de reconhecimento das transações e variações patrimoniais, de estruturação das demonstrações contábeis e as informações mínimas a serem divulgadas em Notas Explicativas para esse tipo de Entidade. Na elaboração das Demonstrações Contábeis, são segregadas as informações referentes à Área da Saúde, Área Social e Área Educacional nos termos do artigo 6° da Lei Complemen tar 187/2021 e Resolução CFC nº 1.409/12 que aprovou a ITG 2002 - (R1), sendo que os valores que têm por origem recursos públicos e os recursos próprios. 2.1 - Formalidade da Escrituração Contábil - (NBC T 2.1): As demonstrações contábeis individuais da SPDM foram elaboradas em conformidade com a Norma Contábil ITG 2000 (R1), que estabelece critérios e procedimentos a serem adotados pela entidade para a escrituração contábil de seus fatos patrimoniais, por meio de qualquer processo, bem como a guarda e a manutenção da documentação e de arquivos contábeis e a responsabilidade do profissional da contabilidade; e CTG 2001 (R3) que define as formalidade da escrituração contábil em forma digital para fins de atendimento ao Sistema Público de Escrituração Digital (SPED). A entidade apresenta seus documentos e livros contábeis em conformidade com a Instrucão Normativa RFB nº 2003, de 18 de janeiro de 2021, que exige a apresentação de Escrituração Contábil Digital (ECD) para as pessoas jurídicas imunes e isentas, incluindo livro diário, livro razão, balancetes diários e balanços, assinados digitalmente com certificado digital, a fim de garantir a autoria, autenticidade, integridade e validade jurídica do documento digital. 2.2 – Nome Empresarial, Endereço e CNPJ da Unidade Gerenciada: SPDM – Farmácia de Alto Custo de Mogi das Cruzes, Avenida Vereador Narciso Yague Guimarães, 776 - Vila Partenio, Mogi das Cruzes - SP, CEP 08780-200, CNPJ nº 61.699.567/0117-12. 3 - Principais Práticas Contábeis Utilizadas na Elaboração das Demonstrações: Em todas as suas unidades os registros contábeis são realizados da maneira estabelecida pela matriz e são acatadas todas suas orientações. Face aos inúmeros conceitos aplicados quando da escrituração dos atos e fatos administrativos que deram origem aos Livros Diários. Razões e outros, divulgamos aqueles os quais julgamos mais relevantes conforme estabelece a ITG 2002 (R1) - Entidades sem finalidade de Lucros, e suas alterações. O plano de contas adotado atende aos requisitos da Lei 11.638/2007. Segundo o manual do CFC, o plano de contas consiste em um conjunto de títulos, apresentados de forma coordenada e sistematizada, previamente definidos, nele traduzida a estrutura das contas a serem utilizadas de maneira uniforme para representar o estado patrimonial da entidade, e de suas variações, em um determinado período. Nesse sentido a função e o funcionamento das contas serão utilizados conforme a codificação do plano de contas. **3.1- Caixa e Equivalentes** de Caixa: Os valores contabilizados neste subgrupo representam moeda em caixa e depósitos à vista em conta bancária, bem como recursos que possuem as mesmas características de liquidez de caixa e de disponibilidade imediata ou até 90 (noventa) dias. Os recursos financeiros disponíveis para a unidade gerenciada são mantidos em conta corrente bancária oficial

21	Comparativo das Demonstrações dos R Exercícios encerrados em 31 de Dezen		
0	_xo.o.o.o o.ooaaoo o o. ao 2020	2022	2021
9	Receita Bruta de Serviços		
	Prestados com Restrições (Nota 4)	4.876.664,34	3.285.960,92
4	Secretaria de Saúde do Estado (Nota 4.1)	4.128.531.83	2.805.419,54
3	Isenção usufruída	20.00.,00	2.000 0,0 .
86	- INSS Serviços Próprios (Nota 9.1)	559.120,16	360.994,01
5	Isenção usufruída – COFINS (Nota 9.3)	123.855,95	84.162,59
9	Isenção usufruída – PIS FOLPAG (Nota 9.4)	20.249,73	12.823,37
7	Trabalho Voluntário Estatutário (Nota 10)	2.215,21	1.238,08
6	Outras Receitas	42.691,46	21.323,33
8	(+) Outras Receitas com Restrições	1.018,98	19.126,32
3	Descontos Recebidos	134,66	0,26
1	Doações Recebidos	,	-,
	em Bens e Mercadorias (Nota 4.3)	884,32	19.126,06
'9	(=) Receita Líquida com Restrições	4.877.683,32	3.305.087,24
6	Custos e Despesas	•	,
	(-) Custos Operacionais		
6	com Restrições (Nota 4.2)	2.212.913,84	1.681.671,41
	(-) Serviços - Pessoal Próprio	1.688.006,42	1.310.607,82
O)	(-) Serviços - Terceiros Pessoa Jurídica	5.634,00	32.923,38
Ó	(-) Mercadorias	80.955,90	41.265,22
00	(-) Isenção usufruída		
6	- INSS Serviços Próprios (Nota 9.1)	422.944,11	286.605,38
s.	(-) Isenção usufruída - PIS Folpag (Nota 9.4)	15.373,41	10.269,61
	(-) Despesas		
	Operacionais com Restrições (Nota 4.2)	2.664.769,48	1.623.415,83
1	(-) Serviços - Pessoal Próprio	963.052,40	418.182,38
-	(-) Serviços - Terceiros Pessoa Jurídica	1.360.215,06	995.320,74
00	(-) Mercadorias	17.830,18	18.682,36
	(-) Financeiras	9.383,39	2.922,25
	(-) Tributos	2.414,46	4.641,71
00	(-) Isenção usufruída		
	 INSS Serviços Próprios (Nota 9.1) 	136.176,05	74.388,63
9)	(-) Isenção usufruída – COFINS (Nota 9.3)	123.855,95	84.162,59
3)	(-) Isenção usufruída - PIS FOLPAG (Nota 9.4)	4.876,32	2.553,76
9)	(-) Isenção usufruída		
4)	 Trabalhos Voluntários (Nota 10) 	2.215,21	1.238,08
sá	(-) Outras Despesas Operacionais	44.750,46	21.323,33
	Total das Despesas	0,00	0,00
1	(=) Superávit/Déficit do Exercício (Nota 6)	0,00	0,00
	As Notas Explicativas são parte integrante da	s Demonstraç	oes Contábeis.

e representam em 31.12.2022 o montante de R\$ 22.845,58.

		ıψ
	31.12.2022	31.12.2021
Caixa e Saldos em Bancos	752,04	67,28
Aplicação Financeira de Curto Prazo	22.093,54	1.265,28
Caixa e Equivalentes de Caixa	22.845,58	1.332,56
Os recursos financeiros são controlados de	acordo com a	sua natureza
	141 11	-l - · · - · · - / · - · ·

Os recursos financeiros são controlados de acordo com a sua natureza (custeio e/ou investimento), permitindo a identificação por tipo de verba (municipal, estadual ou federal), assim como sua origem (identificação do instrumento contratual celebrado).

 Distribuição dos Recursos Financeiros – Por Natureza, Tipo de Verba e Origem dos Recursos
 Saldo em R\$
 Saldo em R\$

 Verba e Origem dos Recursos
 31.12.2022
 31.12.2021

 Custeio – Recurso Estadual
 22.845,58
 1.332,56

 Total de Recursos Disponíveis
 22.845,58
 1.332,56

3.2 - Aplicações Financeiras: As aplicações estão demonstradas pelo valor da aplicação acrescido dos rendimentos correspondentes, apropriados até a data do balanço, com base no regime de competência. As aplicações são referenciadas como sendo com restrição uma vez que os valores se encontram aplicados por força de convênios cujo rendimento reverte em favor do contratante e não da SPDM.

	I 4141 - 2 -	The state	NO -I-		04.40.0000
•	Instituição	Tipo de	Nº do		31.12.2022
!	Financeira	Aplicação*	Depósito	Taxa %	em
	Banco Bradesco	CDB/LETRAS	1260028670689	100%	412,08
	Banco do Brasil	CDB /RDB	3210049701264	92%	21.681,46
,	Saldo em Aplicaç	ões Financeira	s em 31.12.2022	F	3\$ 22.093,54
!	(*) A instituição ma	antém esforços p	ara operar com as	melhores	taxas dispo-

níveis na instituição financeira. 3.3 - Contas a Receber: A prática contábil adotada é o regime de competência para registro das mutações patrimoniais. Conforme a NBC TG 07 (R2) - Subvenção e Assistências Governamentais e a ITG 2002 (R1) — Entidades sem Finalidade de Lucros, a Entidade passou a constituir provisionamentos e outros valores a receber referentes às execuções de seus convênios com a Secretaria da Saúde do Estado de São Paulo de modo que quando ocorra o reconhecimento no resultado, não traga desequilíbrio entre receitas e despesas provisionadas. 3.3.1 — Valores a Receber: O saldo registrado nesta conta representa recebíveis de curto prazo (CP), relativos ao Convênio 057/2021, celebrado entre a SPDM e a Secretária de Saúde do Estado de São Paulo. Em 31.12.2022 os valores a receber representam o montante de R\$ 3.228.106,50.

Valores a Receber em 31.12.2022 (Em Reais)					
Origem/Tipo/			Saldo em		
Natureza do Recurso	Vencidos	À vencer	31.12.2022		
Convênio nº 057/2021					
Popuros Estadual (Custoja)		220 106 50	2 220 106 50		

- 3.228.106,50 3.228.106,50

Valores em Reais

3.4 – Outros Créditos: São as contas a receber que não se enquadram nos grupos de contas anteriores, sendo contas a curto prazo normalmente não relacionadas com o obieto principal da instituição, 3.4.1 - Antecipação de Férias: A Instituição efetua antecipação de férias conforme prevê a legisla ção Trabalhista (CLT), em seu artigo, Artigo 145. O pagamento da remuneração das férias e, se for o caso, o do abono referido no Artigo 143 serão efetuados até 2 (dois) dias antes do início do respectivo período. 3.4.2 - Outros créditos e adiantamentos: Repre que não se enquadram em grupos anteriores, relativo a contas de curto prazo, assim como as demais contas do Ativo Circulante, tais adiantamentos são efetuados de modo a garantir a manutenção da rede assistencial da unidade gerenciada. 3.5 - Despesas Pagas Antecipadamente: Representam valores cujos benefícios serão usufruídos também no decorrer do exercício principalmente, respeitando o Princípio da Competência. Para atender medidas preventivas adotadas permanentemente, a unidade gerenciada efetua contratação de seguros, em valores considerados suficientes para cobertura de eventuais sinistros, e assim atendendo principalmente o Princípio Contábil de Continuidade. Os valores segurados são definidos em função do valor de mercado ou do valor do bem novo, conforme o caso. 3.6 - Estoques: Os estoques foram avaliados pelo custo médio de aquisição. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado e referem-se aos produtos e materiais de conservação e consumo, higiene, gêneros alimentícios e equipamentos de proteção. Conforme se demonstra abaixo, o valor total escriturado em estoques no exercício de 2.022 é de R\$ 22.165,88.

Tipo	31.12.2022	31.12.2021
Materiais do Nutrição	3.143,84	4.015,07
Materiais de Farmácia	626,85	62,14
Materiais de Almoxarifado	18.395,19	34.891,33
Materiais de Terceiros	10.281.947,49	4.345.903,79
Total	10.304.113,37	4.384.872,33

3.6.1 - Estoques de Terceiros: É composto exclusivamente por medicamentos fornecidos mensalmente a unidade gerenciada através da Secretária da Saúde do Estado de São Paulo para armazenamento e dispensação, a fim de que seja executado o objeto do Convênio firmado entre as partes.

Esses medicamentos são mantidos nos estoques de maneira segregada, com controle interno específico e integram o rol de itens de terceiros em nosso poder. No exercício de 2022 esses medicamentos correspondem ao valor de R\$ 10.281.947,49 (Conforme evidenciado no quadro acima). 3.7 — Imobilizado — Bens de Terceiros: O imobilizado de uso da unidade gerenciada FAC Mogi das Cruzes é composto por bens de terceiros, fruto de aquisição realizada com recursos de convênios para os quais possuímos documentação de cessão de uso sendo classificados de modo a atender a legisla

Os ativos estão distribuídos da seguinte forma:

Descrição	Posição em 31/12/2021	Aqı	uisição	Baixa	Posição em 31/12/2022
Imobilizado - Bens de Terceiros	153.363,66		800,00	0,00	154.163,66
Bens Móveis	153.363,66		800,00	0,00	154.163,66
Equipamento Processamento de Dados	90.900,66		0,00	0,00	90.900,66
Mobiliário em Geral	1.070,00		0,00	0,00	1.070,00
Máquinas Utensílios e Equipamentos Diversos	57.925,00		800,00	0,00	58.725,00
Aparelhos e Utensílios Domésticos	3.468,00		0,00	0,00	3.468,00
Total Imobilizado - Terceiros	153.363,66		800,00	0,00	154.163,66
	Posição em		Ajuste	Posição em	Taxas anuais
<u>Descrição</u>	31/12/2021	Baixa	vida útil	31/12/2022	médias de Ajuste %
Ajuste de Vida Útil Acumulada de Bens de Terceiros	(35.804,10)	0,00	(24.470,10)	(60.274,20)	
Bens Móveis	(35.804,10)	0,00	(24.470,10)	(60.274,20)	
Equipamento Processamento de Dados	(26.837,98)	0,00	(18.183,72)	(45.021,70)	20,00
Mobiliário em Geral	(123,03)	0,00	(107,04)	(230,07)	10,00
Máquinas Utensílios e Equipamentos Diversos	(8.265,09)	0,00	(5.832,54)	(14.097,63)	10,00
Aparelhos e Utensílios Domésticos	(578,00)	0,00	(346,00)	(924,80)	10,00
Total Ajuste de Vida Útil Acumulada	(35.804,10)	0,00	(24.470,10)	(60.274,20)	

3.7.1 - Ajuste Vida Útil Econômica - Bens Móveis: A instituição não utilizados para o custeio da unidade gerenciada. Os rendimentos efetua o ajuste de vida útil dos bens de terceiros, de propriedade do sobre aplicações financeiras são reconhecidos como Receitas Financontratante, através do método linear e utilizando as taxas anuais di-vulgadas em nota explicativa (3.7 Imobilizado), de modo a demonstrar o valor residual dos bens de terceiros. 3.8 - Fornecedores: As obrigações com fornecedores nacionais são reconhecidas pelo seu custo de aquisição, de acordo com os valores praticados no mercado interno. São registrados pelo valor das notas fiscais ou faturas provenientes da compra de materiais e serviços adquiridos no curso normal das atividades. O prazo médio de pagamento é de aproximadamente 90 dias. 3.9 - Serviços de Terceiros: Estas obrigações representam a contratação de serviços de terceiros, pessoa física e jurídica pela instituição, em sua grande parte, relacionados a contratos de prestação de serviços, tais como: limpeza e conservação, segurança e vigilância, portaria, manutenções, utilidade pública, assessoria técnica e jurídica etc. 3.10 - Salários a Pagar: De acordo com o Artigo 76 da ĆLT - Salário é a contraprestação mínima devida e paga diretamente pelo empregador a todo trabalhador, inclusive ao trabalhador rural, sem distinção de sexo, por dia normal de serviço. A instituição efetua o pagamento mensal das remunerações no quinto dia útil subsequente ao mês de competência. 3.11 - Contribuições a Recolher: Representam os valores devidos sobre a folha de pagamento e relativos ao cumprimento de recolhimentos de INSS e FGTS, sendo reconhecidos obedecendo ao princípio da competência. Eles são recolhidos mensalmente em suas respectivas datas de vencimento, ou seja, INSS até o dia 20 e o FGTS até o dia 07 do mês subsequente, conforme legislação vigente, caso tais datas não sejam dias uteis, os pagamentos são antecipados para o dia útil anterior à data limite. 3.12 – Provisões de Férias e Encargos: Referem-se às Provisões de Férias e encargos, dos quais estes foram provisionados, com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço, determinados com base na remuneração mensal dos colaboradores e no número de dias de férias a que já tenha direito bem como os encargos sociais incidentes sobre os valores que foram objetos da provisão na data da elaboração das Demonstrações Financeiras, respeitado o Princípio da Competência e conforme informações fornecidas pelo setor responsável pelas mesmas. 3.13 - Impostos a Recolher: Representam os valores devidos sobre a Folha de Pagamento e relativos ao cumprimento de recolhimentos de IRRF CLT e ISS PJ, eles são recolhidos mensalmente nas respectivas datas de vencimentos, conforme legislação vigente IRRF até o dia 20 e ISS até o dia 10 do mês subsequente (PMSP), conforme legislação vigente, caso tais datas não sejam dias uteis, os pagamentos são antecipados para o dia útil anterior à data limite. **3.14 - Obrigações Tributárias:** A obrigação tributária de acordo com o §1º do Artigo 113 do CTN, é aquela que surge com a ocorrência do fato gerador, tem por objeto o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária e extingue-se juntamente com o crédito dela decorrente. Constituem as obrigações de IRPJ, INSS, ISS, PIS/COFINS/CSLL e Outras Taxas Municipais, relativos aos valores relacionados aos prestadores de serviços de terceiros contratados pela unidade gerenciada, o saldo contabilizado em 2022 totalizou R\$ 8.714,44. 3.15 – Outras contas a pagar: Os valores evidenciados em outras contas a pagar referem-se a outras obrigações que em um primeiro instante não se encaixam nas demais nomenclaturas do plano de contas da Instituição, ou ainda, aqueles valores não usuais a atividade principal da instituição. 3.16 – Convênios públicos a realizar (Circulante e não Circulante): De acordo com a NBC TG 07 Subvenção e Assistência Governamentais. Item 15A e ITG 2002-R1- Entidades sem Finalidades de Lucros Item 11 e 12, a SPDM passou a adotar a sistemática de contabilização dos valores mantidos em Convênios com o poder público, de forma a evidenciar os valores pre-vistos a serem realizados, durante a execução do Convênio, na execução da atividade operacional. O saldo a realizar em curto prazo em 31.12.2022 representa R\$ 2.722.570,54. 3.17 - Outros Ativos e Passivos: Correspondem a valores a receber e/ou a pagar, registrados pelo valor da realização e/ou exigibilidade na data do balanço, sendo que, na sua grande maioria, estes valores encontram-se acrescidos de encargos contratuais e juros. Os valores referentes a passivos com fornecedores encontram-se com valor histórico, com exceção feita a aqueles que resultam de demandas judiciais cujo valor encontra-se conforme decisão judicial. 3.18 - Estimativas Contábeis: A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e no registro de determinados valores que sejam registrados por estimativa, as quais são estabelecidas com o uso de premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. Itens significativos registrados com base em estimativas contábeis incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor de realização ou recuperação, as provisões para indenizações e provisões para perdas em geral. No caso da Provisão de Férias e Encargos, os mesmos foram provisionados com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço. A liquidação das transações registradas com tração da Entidade revisa periodicamente as estimativas e premissas. 4 - Origem e Aplicação dos Recursos: As receitas, inclusive as doações, subvenções, contribuições, bem como as despesas, são registradas pelo regime de competência. As receitas da Entidade são apuradas através dos comprovantes, contratos, avisos bancários, recibos e outros, como também suas despesas são apuradas através de Notas Fiscais e Recibos, em conformidade com as exigências legais-fiscais. 4.1 - Receitas Operacionais: Os recursos públicos obtidos através Convênios são de uso restrito para custeio e/ou investimento das atividades operacionais. As receitas operacionais da instituição são aplicadas na atividade operacional e são reconhecidas pelo regime de competência, de acordo com a NBC TG 07 (R2) -Subvenção e Assistência Governamentais Item 12, onde a subvenção governamental deve ser reconhecida como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar. sempre levando em consideração a Prevalência da Essência sobre a Forma, no reconhecimento dos Convênios. 4.1.1 Rendimentos sobre Aplicação Financeira - Receitas Financeiras com Restrição: Os recursos provenientes de convênios e contratos públicos, são eventualmente mantidos em conta de aplicação financeira, enquanto

Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira. - Diretor Presidente da SPDM

Relatório dos Auditores Independentes Opinião sobre as demonstrações contábeis: Examinamos as demonstrações contábeis da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina (Farmácia de Alto Custo de Mogi das Cruzes) que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2022, e as respectivas demonstrações do resultado do período, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posi-

ção patrimonial e financeira da entidade, em 31 de dezembro de 2022, o de-

de acordo com a estrutura e parametrização do sistema da SPDM. As despesas operacionais por sua vez estão relacionadas aos valores referentes aos setores administrativos e de apoio à instituição e foram segregadas, classificadas de acordo com a estrutura e parametrização do sistema da SPDM. 4.3 - Doações Recebidas em Bens e Mercadorias: No exercício de 2022 a unidade gerenciada recebeu o valor de R\$ 884,32 a título de doações em mercadorias, como máscaras descartáveis de proteção, álcool etílico, álcool em gel 70%INPM, Álcool 70% Antisséptico, com a finalidade de promover a prevenção e proteção dos seus colaboradores e pacientes no combate à pandemia do COVID-19. 4.4 - Auxílios, Subvenções e ou Convênios Públicos: São recursos financeiros provenientes de convênios firmados com órgãos governamentais, e que tem como objetivo principal operacionalizar projetos e atividades pré-determinadas. Periodicamente, conforme contrato, a unidade gerenciada presta conta de todo o fluxo financeiro e operacional aos órgãos competentes, ficando também toda documentação a disposição para qualquer fiscalização. Os convênios firmados estão de acordo com o Estatuto Social da Entidade e as despesas de acordo com suas finalidades. A unidade gerenciada realiza a contabilização de todos seus convênios atendendo à NBC TG 07(R2) - Subvenção e Assistência Governamentais e deve ser reconhecida como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas às condições da Norma. Nenhuma Assistência Governamental pode ser creditada diretamente no patrimônio líquido. Enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento da receita na demonstração do resultado, a contrapartida da Assistência Governamental registrada no ativo é feita em conta específica do passivo. 8 - Relatório de Execução do Convênio

Total dos Convênios (Recebido) 5 - Patrimônio Líquido: O patrimônio líquido atualmente não apresenta va lores, em virtude de aplicação do que estabelece a ITG 2002 (R1) - Entidade Sem Finalidade de Lucros, que enquanto não atendido os requisitos para ceiras no Resultado da Entidade, e transferidos para a conta de Passivo denominada "Convênios/Contratos Públicos à Realizar" em conformidade com o Item 29 da NBC TG 07 (R2) - Subvenção e Assistência Governamental. Em 2022 tais valores representam o montante de R\$ 8.775,11. 4.2 - Custos e Despesas Operacionais: Os custos operacionais estão relacionados aos valores referentes aos setores produtivos da unidade gerenciada e foram segregados, classificados

quadro abaixo:

Número do

Convênio

Convênio nº 057/2021

reconhecimento no resultado, a contrapartida da Assistência Governamen tal de Contribuição para Custeio e Investimento deve ser em conta específica do Passivo, de forma que o resultado será sempre "zero". Em virtude da aplicação das normas acima relacionadas, a Entidade optou em não divulgar a DMPL – Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido, pois não houve movimentação no Patrimônio Líquido no exercício de 2022. <u>6 - Resul-</u> tado Operacional: Em face à adoção da Norma Brasileira de Contabilidade NBC TG 07 (R2) – Subvenção e Assistência Governamentais, a subvenção governamental deve ser reconhecida como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas as condições desta norma (Item12). Portanto, a apuração do resultado do exercício reconhecido em conta específica do Patrimônio Líquido representa "zero". A apuração do resultado, se não aplicada a norma, seria composto de Receitas obtidas através dos contratos e convênios públicos na ordem de R\$ 4.304.142,00 (Quatro Milhões, Trezentos e Quatro Mil e Cento e Quarenta e Dois Reais); acrescidos de Outras Receitas no valor de R\$ 9.604,59 (Nove Mil, Seiscentos e Quatro Reais e Cinquenta e Nove Centavos); e deduzidas das Despesas e Custos Operacionais na ordem de (R\$ 4.172.242,27) (Quatro Milhões, Cento e Setenta e Dois Mil, Duzentos e Quarenta e Dois Reais e Vinte e Sete Centavos); encerrando o exercício com um resultado superavitário no valor de R\$ 141.504,32 (Cento e Quarenta e Um Mil, Quinhentos e Quatro Reais e Trin ta e Dois Centavos). <u>7 – Das Disposições da Lei Complementar 187 de Dezembro de 2021</u>: Por ser Entidade Filantrópica com atividade preponderante na área da saúde, a SPDM, em conformidade ao estabelecido na Lei Complementar 187/2021, tem por obrigação ofertar à população carente sem distinção de etnia, sexo, credo ou religião, a prestação de todos os seus serviços aos clientes do SUS no percentual mínimo de sessenta por cento, e comprovar, anualmente, a prestação dos serviços de que trata, com base no somatório das internações realizadas e dos atendimentos ambulatoriais prestados. I - Prestar serviços ao SUS; II - prestar serviços gratuitos; III atuar na promoção à saúde; IV - ser de reconhecida excelência e realizar projetos de apoio ao desenvolvimento institucional do SUS; e ainda (Artigo I - celebrar contrato, convênio ou instrumento congênere com o gestor do SUS; e II - comprovar, anualmente, a prestação de seus serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), com base nas internações e nos atendimentos ambulatoriais realizados. Podendo ainda (§ 3º para fins do disposto no § 2° deste artigo), no conjunto de estabelecimentos de saúde da pessoa jurídica, poderá ser incorporado estabelecimento vincula do em decorrência de contrato de gestão, no limite de 10% (dez por cento) dos seus serviços. A entidade de saúde, deverá informar obrigatoriamente na forma estabelecida em regulamento (Artigo 10º): I - a totalidade das internações e dos atendimentos ambulatoriais realizados para os pacientes não usuários do SUS; e II - a totalidade das internações e dos atendimentos ambulatoriais realizados para os pacientes usuários do SUS. A Unidade Gerenciada, apresentou em 2022 a seguinte produção: Linha de Atendimento

No exercício de 2022, a unidade gerenciada recebeu através da Secretaria

da Saúde do Estado de São Paulo Assistências Governamentais conforme

Convênios Vigentes em 2022

Vigência 31/03/2021 à Valor Global (R\$)

R\$ 4.304.142.00

R\$ 4.304.142,00

30/09/2023

Natureza e

Custeio Verba Estadual

Tipo de Verba

Total 7.800.266 Medicamentos Distribuídos Pacientes Atendidos em Farmácia de Alto Custo Total 169.925 Pacientes - Atendimentos Triagem 29.007 Pacientes - Atendimentos Guichê / Presencial Alto Custo 33.101 Pacientes - Atendimentos Aplicativo Remédio Agora 107.817 Pacientes – Atendimentos Ação Judicial

reconhecendo na DRE as isenções usufruídas (COFINS, PIS sobre a folha

de pagamento e INSS Patronal sobre a folha de pagamentos sobre serviços

Relatório de Execução do Convênio 2022					
1º Semestre			2º Semestre	Total	
Meta	Resultado	Meta	Resultado	Meta	Resultado
Proposta	Alcançado	Proposta	Alcançado	Proposta	Alcançado
	3.865.620		3.934.646		7.800.266
-	80.247	-	89.678	-	169.925
-	13.356	-	19.745	-	33.101
-	13.509	-	15.498	-	29.007
-	53.382	-	54.435	-	107.817
-	428	-	398	-	826
-	428	-	398	-	826
	Meta Proposta	1º Semestre	1º Semestre Meta Resultado Proposta Alcançado Proposta	Meta Proposta Resultado Alcançado Meta Proposta Resultado Alcançado Meta Proposta Resultado Alcançado - 3.865.620 - 3.934.646 - 80.247 - 89.678 - 13.356 - 19.745 - 13.509 - 15.498 - 53.382 - 54.435 - 428 - 398	Meta Proposta Resultado Alcançado Meta Proposta Resultado Alcançado Meta Proposta Meta Alcançado Proposta Meta Alcançado Proposta Meta Alcançado Proposta Meta Proposta Meta Proposta Meta Proposta Meta Proposta Meta Proposta Proposta Inches Proposta I

* Observação: a meta proposta da linha de contratação da Farmácia, trata-se de estimativa de atendimento, que pode sofrer incremento ou decremento, haja vista a característica dos serviços da Unidade de Farmácia, que permite a demanda espontânea de pacientes

8.1 - Relatório de Execução Orçamentária

Relatório de Execução Orçamentária e Financeira - Exercício 2022				
Receitas	Custeio	Investimento		
Repasses do Convênio	R\$ 4.304.142,00	-		
Receitas Financeiras	R\$ 8.585,61	-		
Outras Receitas	R\$ 1.018,98	-		
Total das Receitas	R\$ 4.313.746,59	-		
Despesas	Custeio	Investimento		
Despesas com Pessoal	R\$ 2.651.058,82	-		
Serviços de Terceiros	R\$ 1.365.849,06	-		
Materiais e Medicamentos	R\$ 98.786,08	-		
Outras Despesas	R\$ 56.548,31	-		
Total das Dosposas	D¢ 4 172 242 27			

9 - Contribuições Sociais: A Instituição teve o seu Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde (CEBAS-Saúde), deferido conforme Portaria SAS/MS nº 1.893, de 07 de dezembro de 2016, publicada no Diário Oficial da União em 08/12/2016, com validade de 01/01/2015 a 31/12/2017, fazendo jus ao direito de usufruir da isenção do pagamento das Contribuições Sociais, relativas a Cota Patronal e Outra Entidades (Terceiros). Em 30 de outubro de 2017, a Entidade protocolou, tempestivamente, junto ao Ministério da Saúde, o seu requerimento de renovação para o período de 01/01/2018 a 31/12/2020, conforme processo SIPAR nº 25000.463598/2017-21, o qual ainda aguarda deferimento pelo Ministério. Em 15 de dezembro de 2020, a Entidade protocolou, tempestivamente, o seu requerimento de renovação para o período de 01/01/2021 a /12/2023, conforme processo SIPAR nº 25000.177286/2020-01, o qual base em estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a aguarda, também, o deferimento pelo Ministério da Saúde. Em 16 de deimprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Adminis- zembro de 2021, foi publicado no diário oficial da União a Lei Complementar N° 187, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes. Em face da transição para a Lei complementar, a Portaria 834 de 26/04/2016 apesar de vigente não faz menção a tal lei, assim como, se tem uma ausência de uma nova portaria até a presente data. Entretanto, no intuito de minimizar possíveis riscos, a Entidade vem cumprindo com o estabelecido na portaria 834/16 a qual dispõe sobre o processo de Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social na área da Saúde (CEBAS-SAÚDE) e traz, em seu artigo 30, a obrigatoriedade de constar na Demonstração do Resultado (DRE) o valor do benefício fiscal usufruído (inciso VIII alínea "d") e, nas Notas Explicativas, o valor dos benefícios fiscais usufruídos (inciso IX alínea "d"). Por se tratar de uma Entidade Beneficente de Assistência Social, portadora do CEBAS- Saúde, a SPDM possui isenção da COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) sobre as receitas relativas às atividades próprias, conforme disposto no artigo 14, Inciso X, da Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001. A partir do exercício de 2019, com o êxito da ação referente ao reconhecimento da imunidade tributária com relação ao recolhimento do PIS, a Entidade passou a reconhecer em sua Demonstração do Resultado (DRE), o valor do benefício fiscal usufruído referente ao PIS sobre a folha de pagamento. Desta forma, para continuar cumprindo o estabelecido em portaria, a Entidade continua

próprios e de terceiros Pessoa Física). Os montantes das isenções usufruídas durante o exercício de 2022 se encontram registrados em contas específicas de receita e totalizou R\$ 703.225,84 (Setecentos e Três Mil, Duzentos e Vinte e Cinco Reais e Oitenta e Quatro Centavos). 9.1 - Isenção da Contribuição Previdenciária Patronal sobre a folha de pagamento de empregados: Conforme descrito no item 9, face à sua condição de Entidade Filantrópica garantida nos termos da Lei 12.101/2009, a Entidade usu-fruiu no exercício de 2022, da Isenção da Contribuição Previdenciária Patronal sobre a folha de pagamento de empregados a qual se encontra registra-da em conta específica e monta em R\$ 559.120,16. <u>9.1 - Isenção da Con-</u> tribuição Previdenciária Patronal sobre a folha de pagamento de Serviços de Terceiros: A Isenção da Contribuição Previdenciária Patronal incide também sobre a folha de pagamento por Serviços de Terceiros Pessoa Física, por não haver o pagamento desses serviços no exercício de 2022, a unidade gerenciada não usufruiu de tal isenção. 9.3 - Isenção da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS): A isenção da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) está baseada na condição filantrópica da Entidade. Conforme classificação em conta específica o montante no exercício 2022 foi de R\$ 123.855,95. 9.4 - Isenção para o PIS sobre a Folha de Pagamento: A Entidade Usufruiu da isenção da Programa Integração Social (PIS) sobre a folha de pagamento, no ano de 2022 o montante de R\$ 20.249,73 (Vinte Mil, Duzentos e Quarenta e Nove Reais e Setenta e Três Centavos). 10 - Trabalho Voluntário: Em 02/09/2015 o Conselho Federal de Contabilidade publicou a re da Interpretação Técnica Geral ITG 2002 - Entidade Sem Finalidade de Lucros, norma que regulamenta a contabilidade das entidades do Terceiro Setor. Dentre as alterações realizadas na ITG 2002 (R1) encontra-se a que estabelece que o trabalho dos integrantes da administração das entidades deve ser incluído como trabalho voluntário. Desta forma, conforme item 19, a Entidade reconhece pelo valor justo a prestação do serviço não remune rado do voluntariado, que é composto essencialmente por pessoas que dedicam o seu tempo e talento uma importante participação em várias ações realizadas pela Entidade. A instituição possui apenas um tipo de trabalho voluntário, sendo o trabalho dos dirigentes estatutários e outro de prestadores de serviços voluntariado. Para o cálculo da remuneração que seria devida, a Entidade toma por base o número de Conselhos, o de Conselheiros e o tempo dedicado à atividade por cada um. Tomando como base o valor médio da hora multiplicado pelo número de horas chegou-se ao montante devido no mês, o qual foi dividido de maneira simples pelo número de unidades ativas no período. Em 2022, o trabalho voluntário estatutário representou R\$ 2.215,21. Em 2021, o trabalho voluntário estatutário representou R\$ 1.238,08 não houve outros trabalhos voluntário na unidade gerenciada 11 - Exercício Social: Conforme estabelece o Artigo 41 do Estatuto Social da Instituição, o exercício social coincide com o ano civil, iniciando-se em 19 de janeiro e encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano. São Paulo, 31

de Dezembro de 2022. Aline Fernanda dos Santos V. Custódio - Contadora - CBC 1SP 298 438/O-8

sempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é sufi-

Dr. Luiz Fernando Haigag Djabraian - Diretor Técnico

ciente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Outros assuntos: Demonstração do valor adicionado: Examinamos também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis, tomadas em conjunto. Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis: A administracão é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas

no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continui-nior - Contador CRC/RS 058.252/O-1 - CVM 7.710/04 - CNAI-RS-718.

Instalações

Intangível

Total do Ativo

Licença de uso do software

(-) Depreciações e Amortizações acumuladas

influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas

consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam dade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgacões e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo - SP, 31 de março de 2023. Audisa Auditores As-

≣ IRMÃOS DAVOLI S.A. IMPORTAÇÃO E COMÉRCIO ≡ CNPJ nº 52.769.783/0001-76

Demonstrações Financeiras - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021

		•	
Balanço Patrimonial Ativo	2022 2021	Balanço Patrimonial Passivo	2022 2021
Circulante	63.788.225 49.684.712	Circulante	43.810.271 32.207.720
Disponibilidades	834.818 1.292.292	Fornecedores	37.777.529 27.326.509
Fundos - Retiradas Veíc./Compon.	18.136.815 17.682.127	Empréstimos	1.785.141 2.724.942
Clientes	25.370.827 15.951.921	Obrigações Fiscais - C. Prazo	1.307.551 601.184
Estoque	16.822.643 11.819.844	Obrigações Sociais	486.302 171.875
Impostos a Recuperar	1.387.538 1.123.245	Contas a Pagar	1.494.957 1.383.210
Adiantamentos	79.279 262.717	Provisões Não Exigíveis	958.791 –
Contas a Receber	1.080.037 1.404.312	Não Circulante	1.423.785 10.881.113
Despesas Diferidas	76.268 148.254	Financiamentos	1.315.240 3.100.381
		Empréstimos de Pessoas Ligadas	- 888.262
		Obrigações Fiscais - L. Prazo	108.544 6.892.469
Não Circulante	11.570.399 14.172.639	Patrimônio Líquido	30.124.569 20.768.519
Depósitos Judiciais	- 1.216.981	Capital Social	14.075.267 14.075.267
Investimentos	800.000 3.222.090	Reservas de Capital (AFAC)	5.403.061 –
Imobilizado Líquido	10.770.399 9.733.568	Reservas de Reavaliação	6.601.273 6.601.273
		Reservas de Lucros	1.710.433 (806.552)
		Resultado do Exercício	2.334.535 898.531
Total do Ativo	<u>75.358.625</u> <u>63.857.351</u>	Total do Passivo	<u>75.358.625</u> <u>63.857.351</u>

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido		Reservas de Capital -	Reservas de	Reservas de	
Descrição	Capital Social	AFAC/Res. Legal	Reavaliação	Lucros	Total
Saldo em 31/12/2020	3.019.038,22	10.902.635,90	6.601.273,41	6.549,69	20.529.497,22
Aporte Acionistas	_	153.593,10	_	_	153.593,10
Integralização do Capital c/Adiantamentos	11.056.229,00	(11.056.229,00)	_	_	_
Pagamentos de Participações	_	_	_	(813.102,15)	(813.102,15)
Resultado do Exercício				898.530,58	898.530,58
Saldo em 31/12/2021	14.075.267,22		6.601.273,41	91.978,12	20.768.518,75
Constituição Reserva Legal	_	105.054,08	_	(105.054,08)	-
Participações e Dividendos Pagos	_	_	-	(1.205.637,90)	(1.205.637,90)
Adiantamento para Futuro Aumento Capital	_	5.403.060,85	_	_	5.403.060,85
Ressarcimento Despesas Judiciais (Rodoviária)	_	_	_	2.824.092,59	2.824.092,59
Resultado do Exercício				2.334.535,03	2.334.535,03
Saldo em 31/12/2022	14.075.267,22	5.508.114,93	6.601.273,41	3.939.913,76	30.124.569,32

R\$ 14.315.00

R\$ 34.962,13

R\$ 34 962 13

-R\$ 1.688.768,09

R\$ 85.747.696,76

rios autorizados, no âmbito da distribuição de veículos regulada pela Lei 6.729/70 (Lei Ferrari). No exercício encerrado em 31/12/2022, o segmento em que atua a empresa apresentou retomada de preços e demanda, que proporcionou o lucro contido nas presentes demonstrações. Aportes recebidos e levantamento de valores, possibilitaram manter o saneamento de passivos tributários. Nota 02. Declaração de Conformidade: Estas demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, tomando-se como base a Norma Brasileira de Contabilidade Técnica Geral NBC TG 1000 (R1) Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, aprovada pela Resolução CFC nº 2016/NBCTG1000(R1), normativo emitido pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Nota 03. Sumário das Práticas Contábeis: a) Base de preparação: As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor. A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente. No presente exercício, não foram contabilizadas estimativas relevantes, que possam ter afetado as Demonstrações Contábeis. b) A moeda funcional e de apresentação da Companhia é o Real (R\$). Todas as suas operações ocorrem na sua "área operacional" concedida, que corresponde ao Estado de São Paulo, Cidades de Mogi Mirim e Porto Ferreira. c) Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses da contratação, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa. As contas garantidas, quando aplicável, são demonstradas no balanço patrimonial como "Empréstimos", no passivo circulante. d) Estoques: Mercadorias são avaliadas pelo custo médio ponderado móvel das aquisições. Caso os valores de mercado dos referidos estoques venham a se configurar menores, eles serão reduzidos na conta bilidade mediante provisão, fato não ocorrido nos presentes exercícios, e Ativo Imobilizado: Os bens deste grupo são registrados pelos seus custos de aquisição ou construção e reavaliação, se for o caso, deduzidos das respectivas depreciações acumuladas e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável de ativos acumuladas. Não estão mais atualizados nonetariamente tais itens, pelo que dispõe a atual legislação. As deprecia

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Nota 01. Contexto Operacional: A Companhia atua no ramo do comércio estabelecidas pela legislação tributária, que nos parecem adequadas para de caminhões e utilitários fabricação Mercedes - Benz, como concessioná- considerar a vida útil econômica dos bens. f) Investimentos: As participacões relevantes em coligadas e controladas são avaliadas pelo método da equivalência patrimonial. As demais participações em outras sociedades são registradas pelo custo de aquisição. Conforme dispõe a legislação, também sobre este grupo não incide a correção monetária. g) Empréstimos: Os contratos são, na totalidade, de capital de giro, incidindo taxa de juros diversos e vencimentos de curto prazo. As garantias firmadas em todos os contratos são, principalmente, aval dos diretores. h) Passivos Tributários: atualmente a totalidade dos passivos tributários, que estavam em atraso, foram incluídos em parcelamentos especiais do Governo, cujos reconhecimentos complementares dos encargos foram contabilizados. i) Ajustes em razão de aplicação das Normas CPC não foram necessárias no exercício e, portanto, não têm reconciliações a serem apresentadas nas presentes Demonstrações Contábeis. j) Impairment de Ativos não Financeiros: Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, que representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Os ativos são revisados pelo menos anualmente para determinar se as circunstâncias presentes foram alteradas. Não houve mudancas ou eventos que indicassem a necessidade de ajustes no ano de 2022. k) Fornecedores: As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado. Compras da Mercedes--Benz representam mais de 90% do saldo de Fornecedores, nos dois exercícios em demonstração. I) Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro: os tributos são calculados com base nas leis tributárias vigentes na data do balanço. m) Apuração do Resultado: o resultado do

circulante. d) Estoques. Mercadonas são avaliadas pelo custo medio pon- exercício é apurado pelo regime de competência dos e		ncia dos exercic	ios.
derado móvel das aquisições. Caso os valores de mercado dos referidos		31/12/2022	31/12/2021
estoques venham a se configurar menores, eles serão reduzidos na conta-		26.310,16	26.447,06
bilidade mediante provisão, fato não ocorrido nos presentes exercícios. e)	Bancos	759.528,43	1.225.313,83
Ativo Imobilizado: Os bens deste grupo são registrados pelos seus custos		48.979,59	40.531,49
de aquisição ou construção e reavaliação, se for o caso, deduzidos das res-	Totais	834.818,18	1.292.292,38
pectivas depreciações acumuladas e quaisquer perdas por redução ao va-	Nota 05. Estoques:	31/12/2022	31/12/2020
lor recuperável de ativos acumuladas. Não estão mais atualizados	Estoques	16.822.642,68	11.819.844,13
monetariamente tais itens, pelo que dispõe a atual legislação. As deprecia-	Veículos Novos e Usados	9.316.137,68	6.809.152,44
ções são calculadas pelo método linear, com base, estritamente, nas taxas	Peças, Motores e Materiais Diversos	7.506.505,00	5.010.691,69

_	, 2021		
	Demonstração do Resultado do Exercício	2022	2021
	Receita Bruta: Venda mercadorias e serviços		159.512.801
	Deduções (impostos e cancelamentos)	(17.732.613)	(15.340.762)
	Receita Líquida	170.979.294	144.172.039
		<u>(142.021.532)</u>	
	Lucro Bruto	28.957.761	24.476.202
	Receitas (Despesas) Operacionais	(24.300.345)	
	Despesas Operacionais	(18.930.684)	(12.478.922)
	Resultado Financeiro Líquido	(5.369.661)	
	Lucro Operacional	4.657.416	1.007.130
	Outras (despesas) receitas	<u>(1.683.918)</u>	143.512
	Resultado antes dos Tributos	2.973.498	1.150.642
	Prov. p/IRPJ e CSLL	<u>(638.963)</u>	<u>(252.112)</u>
	Resultado Líquido do Exercício	2.334.535	898.531
	Demonstração Fluxos de Caixa (R\$ 1,00)	2022	2021
	Fluxo de Caixa - Atividades Operacionais:	6.137.404	6.311.966
	Resultado do exercício antes do IR e CSLL	2.973.498	1.150.642
	Ajustes para reconciliar Lucro/Prejuízo do exe		
	(+) Juros Apropriados	3.077.818	7.148.909
	Depreciações	535.438	524.647
	(+/-) Resultado Líquido - Imobilizado Vendido		(143.025)
	S/T Ajustes	5.297.174	7.530.530
	Redução(aumento) dos ativos:		
	Fundos - Retiradas Veíc./Compon.	(454.688)	(7.279.804)
	Clientes	(9.418.906)	(7.363.258)
	Estoque	(5.002.799)	(4.818.667)
	Impostos a Recuperar	(264.293)	2.300.849
	Adiantamentos	183.437	79.091
	Contas a Receber	(368.375)	(591.422)
	Despesas Diferidas	71.986	(92.018)
	Depósitos Judiciais	1.216.981	
	S/T Var. Ativos	(14.036.656)	(17.765.229)
	Redução (Aumento) dos Passivos		
	Fornecedores	10.451.020	14.606.713
	Obrigações Fiscais - C. Prazo	706.366	349.325
	Obrigações Sociais	314.426	(73.000)
	Contas a Pagar	111.747	702.697
	Provisões Não Exigíveis	958.791	(121.168)
	S/T Var. Passivos	12.542.351	15.464.567
	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos		(68.544)
	Fluxo de Caixa - Atividades de Investimento		(1.290.928)
	Aquisições de Imobilizado	(1.310.167)	(1.180.019)
	Pagamentos de Participações	(1.205.638)	(813.102)
	Aportes de Acionistas	5.403.061	153.593
	Recebimentos por Vendas de Imobilizados +		
	Ressarcimentos	3.314.722	548.600
	Fluxo de Caixa - Atividades Financiamento:		(5.797.298)
	Pagamentos/Recebimentos Líquidos a Coligado		(1.334)
	Parcelamentos de Tributos Pagos no Exercício	(9.866.257)	(2.565.249)
	Empréstimos Pagos no Exercício	(2.724.942)	(3.230.714)
	Variação Líquida Caixa e Equivalente de Ca	ixa (457.474)	(776.260)
	Demonstração da Movimentação no Dispon		2021
	Caixa e Equiv. Caixa no Início do Exercício	1.292.292	2.068.553
	Caixa e Equiv. Caixa no Fim do Exercício	834.818	1.292.292
	Movimentação Líquida do Disponível	(457.474)	(776.260)

Nota 06. Imobilizado: Reconciliação do imobilizado: Sd. Anterior 9.733.567,85 1.310.167.28 Aq. Imob. (2.460.541,01)Bx. Bens Vend. Bx. Deprec.Vend. 2.722.642,72 Depreciações (535.437,58) Sd. Atual Nota 07. Reavaliação: A Assembleia dos acionistas, em sessão extraordi nária ocorrida em exercício anterior à alteração da lei, aprovou a reavaliação

a preco de mercado dos imóveis da empresa, com fins exclusivamente contábeis, cujas reservas não serão realizadas por depreciação ou alienação e estão mantidas no Patrimônio Líquido. Nota 08. Reservas de Capital: Aportes financeiros efetuados pelo acionista controlador, com vistas a futuro aumento de capital. Os valores, devidamente controlados em conta própria e nominativa, foram integralizados ao capital social no transcorrer do exercício. Nota 09. Capital Social: O Capital Social está totalmente integralizado, sendo representado por 13.455 ações ordinárias, sem valor nominal.

João Batista Davoli - Diretor edro Davoli Neto -Elisete Aparecida Vieira - Contadora CRC nº 1SP131925/O-0

Gestor Serviços Empresariais Especializados em Mão de Obra Gestão de Recursos Humanos e Limpeza Ltda

C.N.P.J.(MF) nº 02.685.728/0001-20 ações Financeiras em 31 de dezembro de 2022

Demonstração do Resultado do Exercício
R\$ 250.632.475,77 Balanço Patrimonial realizado em 31 de dezembro de 2022 Receita Bruta Operacional Passivo e Patrimônio Líquido Ativo Ativo Circulante R\$ 78.211.568,17 (-) Impostos Incidentes -R\$ 16.989.410,61 Passivo Circulante R\$ 33.412.464.04 Receita Líquida Operacional R\$ 233.643.065,16 -R\$ 220.458.560,36 Caixa e Equivalentes de Caixa R\$ 14.539.738,28 Fornecedores Nacionais R\$ 672.782,39 (-)Custos Clientes R\$ 24.292.495.71 Obrigações Tributárias R\$ 428.751.20 Lucro Bruto Operacional R\$ 13.184.504,80 R\$ 18.940.888,72 Aplicações de liquidez imediata Obrigações Sociais R\$ 10.505.042.04 -R\$ 10.832.498,80 -R\$ 10.774.986,83 Impostos a recuperar R\$ 20.428.965,54 -)Despesas Operacionais Provisões Trabalhistas R\$ 15 349 176 18 Outros Créditos
Ativo Não-Circulante R\$ 0.470.02 Despesas Administrativas Empréstimos e Parcelamentos R\$ 5.388.947.18 -R\$ 57.511,97 R\$ 7.536.128,59 Despesas Tributárias Resultado Financeiro R\$ 2.114.927,87 Realizável a Longo Prazo R\$ 1.460.119,28 Outras Obrigações R\$ 1.067.765.05 -R\$ 2.040.188.97 Passivo Não-Circulante Empréstimos a pessoas ligadas R\$ 1.460.119,28 R\$ 2.078.733.86 Despesas Investimentos R\$ 58.903,28 Receitas R\$ 4.155.116,84 Empréstimos e Parcelamentos R\$ 1.002.552.96 Lucro Operacional R\$ 4.466.933,87 Consorcio R\$ 58.903,28 Outras Obrigações R\$ 1.076.180.90 **R\$ 5.982.143,90** R\$ 5.747.314,46 **Imobilizado** Outras Receitas R\$ 50.256.498.86 Patrimônio Líquido (-)Outras Despesas -R\$ 1.017,54 Imóveis Capital Social R\$ 1.500.000.00 R\$ 4.465.916,33 -R\$ 1.494.757,52 Móveis e Utensílios R\$ 471.613,42 ucro Antes do IR e da CSLL Reserva de Lucro R\$ 48.756.498.86 R\$ 739.168,40 R\$ 408.957,05 Veículos (-)Tributos sobre o Lucro Total do Passivo e do Patrimônio Líquido R\$ 85.747.696,76 | Resultado Líquido do Exercício R\$ 2.971.158,81 Máguinas e Equipamentos Equipamentos de Informática R\$ 289.543,66

As Demonstrações Financeiras completas encontram-se à disposição dos Senhores acionistas e interessados na sede social da Companhia.

João Bosco de Sousa Filho - Contador - CPF:617.327.703-44 - CRC/CE: 016764-O1 Antonio Jose Hadade Souza - Administrador - CPF: 818.386.628-04